

e falência de bancos, num contexto geral de instabilidade política, depreciação monetária e subida generalizada dos preços.

#### FONTES E BIBLIOGRAFIA

A., J. A. M., «Ainda se lembra? Trecho do centro da cidade», in *O Tripeiro*, Porto, v série, ano V, 5, setembro de 1949, pp. 118-119; «Aconteceu há 50 anos... Diário Retrospectivo», in *O Tripeiro*, Porto, VI série, ano X, 6 de junho de 1970, pp. 189-192; «Aconteceu há 50 anos... Diário Retrospectivo», in *O Tripeiro*, Porto, VI série, ano XI, 8 de agosto de 1971, pp. 253-256; *História do Sistema Bancário Português*, coord. de Nuno Valério, Lisboa, Banco de Portugal, 2006;

MARÇAL, Horácio, «A Praça da Liberdade. Seu desenvolvimento», in *O Tripeiro*, Porto, v série, ano X, 2 de junho de 1954, pp. 44-47; MARQUES, A. H. de Oliveira, e ROLLO, Fernanda, «A banca. Bancos comerciais», in *Nova História de Portugal*, n.º 11, Lisboa, 1991, pp. 273-276; *Anuário Comercial de Portugal*, coord. de Caldeira Pires, ano XLI (1921)-ano XLVIII (1928), Lisboa, 1921-1928; Cartório Notarial do Porto (Po-15.º), *Modificação de estatuto do Banco de Crédito Comercial*; Arquivo Distrital do Porto (I/18/4-11, livro n.º 16B, fls. 39-41v), 6 de março de 1923; *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1923, 1926*; *idem, Situação Bancária (1923-1924). Bancos, Caixas e Companhias de Crédito*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924-1925.

HSP

### BANCO PINTO & SOTTO MAYOR (1925-2000)

Registada em escritura em 30 de junho de 1914, a Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor estabeleceu a sua sede em Lisboa, na Rua do Comércio 136 a 140, com o objetivo de desenvolver o «comércio de compra e venda de papéis de crédito, moedas e mais transacções do ramo bancário» (artigo 2.º, in Câmara, 1989: 15). No contrato firmado entre os sócios Cândido Sotto Mayor Júnior e António Vieira Pinto foi estipulada a quantia para o capital social, fixado em 30 000\$00, ainda que as suas entradas fossem desiguais, cabendo ao primeiro 20 000\$00 e ao segundo 10 000\$00 (artigo 5.º), não obstante a preocupação de ressaltar, no documento fundador, a divisão equitativa dos ganhos e perdas (artigo 6.º). Junto com a criação da firma, os mesmos outorgantes assinaram um compromisso que regista o trespasse para a sua posse de um estabelecimento de câmbios e papéis de crédito, da propriedade de José Ferreira Chumbo, com o negócio a fixar-se na quantia de 10 270\$00 (Câmara, 1989: 15). De salientar a

tenra idade dos associados no ato da fundação da empresa, contando António Vieira Pinto com 26 anos, e uma carreira já sólida na praça financeira lisboeta, e Cândido Sotto Mayor Júnior, bacharel em Direito, à época com 23 anos de idade, seguindo deste modo as pisadas do seu pai — Cândido Sotto Mayor — no mundo dos negócios, que, nos finais do século XIX, fez fortuna no Brasil e, mais tarde, em Portugal, estabeleceu as bases de um dos maiores grupos económicos do País, no qual se inclui a própria casa bancária (*idem*: 11-13). O êxito inicial da instituição de crédito torna-se evidente pelo progressivo aumento do capital social na primeira década de existência, passando dos 30 000\$00 — fixado na sua fundação — para os 30 000 000\$00, assentes já em 1925 (quadro), ano em que foram admitidos novos associados, no total de 25 sócios em nome individual e 2 instituições de crédito: o Banco Português do Brasil e o Banco Comercial do Rio de Janeiro (*idem*: 23). O organismo bancário modificou

os estatutos em escritura de 28 de março de 1925, passando a sociedade anónima de responsabilidade limitada, sob a denominação de Banco Pinto & Sotto Mayor — BPSM (*Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 78, de 4 de abril de 1925). O conselho de administração ficou constituído por Cândido Sotto Mayor (pai), enquanto presidente — posição que ocupou até 1934 —, e António Vieira Pinto, no cargo da vice-presidência — afastado em 1926 por motivos de saúde (*Relatório e Contas 1926, 1927*) —, contando ainda como administradores Francisco Serra Pereira e Carlos Barbosa (*idem*: 116). A edificação do nome Sotto Mayor no panorama económico português ultrapassou os meandros do mercado bancário, ao marcar presença na fundação e administração de empresas de diferentes ramos de atividade: Companhia de Seguros Sagres (1917); União Eléctrica Portuguesa (1919); Renascença Gráfica (1921); Companhia Portuguesa de Preparação de Carnes (1920); Sociedade Portuguesa de Administração (1922); Companhia Ocidental Portuguesa (1922); Companhia de Fornos Eléctricos (1922); Ottosgráfica (1923); Fosforeira Portuguesa (1927) (*idem*: 27-30). A presença noutros projetos de índole bancária tornou-se uma constante que se encontra espelhada na criação do Banco Colonial Português\* (1919) e do Banco Nacional Agrícola\* (1921), bem como na fusão entre ambos, dando origem ao Banco Colonial e Agrícola Português\* (1923), adquirindo, igualmente, em 1923, o ativo e passivo do Banco Mercantil de Viana\* (*idem*: 29-31). Na década de 1920, desencadeou-se a expansão geográfica da instituição por todo o território nacional, com a abertura de uma filial no Porto e de balcões em Braga, Coimbra, Viseu, Viana do Castelo, Chaves, Celorico da Beira e Régua

(*ibidem*; Arquivo Histórico do Banco de Portugal, «Processo Banco Pinto & Sotto Mayor», ofício de 21 de abril de 1925). A análise dos elementos estatísticos de periodicidade anual — a preços constantes do ano de 1925 — confirma uma tendência ascendente dos valores auferidos no balanço e nos depósitos, num período entre os anos de 1925 a 1959 (gráfico 1), embora com algumas oscilações refletidas no visível abrandamento dos finais da década de 30 e na redução ocorrida nos inícios da década de 40, que reflecte a recessão financeira causada pela II Guerra Mundial. A conta ganhos e perdas regista constantes flutuações até meados da década de 50, altura em que se inicia um movimento claramente crescente (gráfico 2). Os efeitos da crise de 1929 encontram-se espelhados na mesma categoria contabilística, através da descida abrupta, entre os valores auferidos, em 1929 (3 006 707\$00) e 1930 (1 663 670\$15), com o diagnóstico da situação a constar de forma assertiva na introdução do *Relatório e Contas* da época: «A ruptura do equilíbrio entre a produção e o consumo [...] provocou por tal forma a baixa de preços das mercadorias, que a crise económica, que já se vinha acentuando há anos, tomou em 1930 proporções verdadeiramente assustadoras [...]. A indústria bancária, pulsómetro da actividade nacional, sentiu largamente as consequências de tal situação pela rarefacção do numerário em circulação, pela diminuição do conjunto de operações nas diferentes praças, pela deficiência de remuneração nas operações de câmbio, pelo aumento forçado de imobilizações, etc. [...]» (*Relatório e Contas 1930*.) A década de 40 foi marcada por uma mudança nos órgãos sociais, com a saída de Cândido Sotto Mayor Júnior do conselho de administração e a entrada, para o mesmo

cargo, de Manuel Henriques Júnior, que, juntamente com os novos administradores, Francisco Teixeira Castro Caldas e Francisco de Sá Carneiro, formarão o núcleo duro da gestão do Banco até 1960 (Câmara, 1989: 61; 116-117). No referido período, o desenvolvimento da instituição passou pela abertura de dependências urbanas em Lisboa — Campo de Ourique (1948), Algés (1948), Santa Apolónia (1950), Vila de Almada (1951), Praça de Londres (1952), Santa Marta (1954), Avenida Miguel Bombarda (1956), Estrada de Benfica (1959), Rua Morais Soares (1959) — e no Porto — Praça do Infante D. Henrique (1955), Rua Antero de Quental (1955), Palácio do Comércio (1956) —, apostando ainda na disseminação de balcões dispersos por todo o País, de modo a colmatar as lacunas do seu raio de intervenção, através de inaugurações em Águeda (1950), Fundão (1952), Barcelos (1953), Vila Nova de Gaia (1955) e Oliveira de Azeméis (1955) (*Relatório e Contas 1948-1959*). O novo reforço do capital social, a partir da incorporação das verbas dispostas no fundo de reserva, foi oficialmente registado em 1 de abril de 1952, verificando-se um aumento de 15 000 000\$00 que o elevou para 45 000 000\$00, com o valor de cada ação a fixar-se nos 1500\$00 (*Diário do Governo*, 3.<sup>a</sup> série, n.º 61, de 4 de abril de 1952; quadro). O ano de 1960 trouxe uma nova viragem na gestão e controle efetivo do BPSM, revista na entrada em cena de António Champalimaud, líder de um dos maiores grupos industriais da época, cuja posse de um organismo bancário, e mais tarde, em 1971, de uma companhia de seguros — Confiança —, permitiu aumentar a sua capacidade de negócio e de intervenção nos diferentes sectores da economia portuguesa [Valério (coord.), 2010: 93-94; 159]. Os tempos

de mudança chegaram ao conselho de administração através da entrada para a presidência de Carlos Barbosa, sendo substituído cinco anos mais tarde pelo então administrador Eduardo Furtado. Foram igualmente administradores, entre 1960 a 1974, Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, Bernardo Viana Machado Mendes de Almeida (conde de Caria) e Manuel Joaquim de Barros Leite (*Relatório e Contas 1960-1973*; Câmara, 1989: 116-117). Os resultados estatísticos da primeira «Era Champalimaud» (1960-1974) demonstram um crescimento acentuado da instituição em todos os domínios, desde logo na rubrica respeitante ao capital social, com o primeiro aumento a registar-se no ano de 1961, ao fixar o capital em 90 000 000\$00 (*Diário do Governo*, 3.<sup>a</sup> série, n.º 220, de 19 de setembro de 1961), seguindo-se acréscimos de periodicidade anual, entre 1964 a 1966, até atingir os 1 200 000 000\$00 no ano de 1972 (quadro). As restantes contas evidenciam um crescimento rápido e acentuado que colocou a instituição no pódio da banca comercial portuguesa (gráficos 2 e 3), posição que sustentou até ao ano 2000. No que compete à carteira de títulos, os valores obtidos demonstram uma evolução de monta se compararmos o ano de 1959 — último relatório do conselho de administração cessante —, assente nos 81 191 194\$00, com o ano de 1973, data em que atingiu os 3 449 221 419\$39, ao constar na referida carteira obrigações do tesouro e de empresas e ações de distintos sectores de atividade financeira, comercial e industrial (*Relatório e Contas, 1959-1973*). Se a expansão da rede comercial do organismo bancário pelo continente não foi descurada, através da inauguração de dependências urbanas e de agências espalhadas pelo território (*Relatório e Contas,*

1960-1973), a segunda metade da década de 60 foi marcada pela propagação de estabelecimentos nas províncias ultramarinas, particularmente em Angola e Moçambique, numa estratégia ligada ao acompanhamento das necessidades então vigentes do grupo Champalimaud. O mote «africanista» do BPSM resultou, em Angola, na inauguração de 51 agências dispersas pelo território, juntamente com dependências urbanas em Luanda (16) — onde se situou a sede da filial angolana —, Lobito (3) Benguela (2), Nova Lisboa (2) e Sá da Bandeira (1). A filial moçambicana controlou 24 agências e 17 dependências urbanas, divididas por Lourenço Marques (10), Beira (4), Nam-pula (2) e Vila Salazar (1) (*Relatório e Contas, 1973*). Fora do território nacional, a instituição participou nos primeiros momentos da fundação do Blantyre Commercial Bank of Malawi (*Relatório e Contas, 1969*), inaugurando delegações em Paris e Luxemburgo — a partir de acordos com o Crédit Commercial de France e o Crédit Européen, respetivamente — e marcando ainda presença em Düsseldorf, Montreal e Toronto (*Relatório e Contas, 1970-1971*). A necessidade de abertura de uma agência em Ponta Delgada levou à aquisição, em 1971, do Banco Agrícola de São Miguel\*, um organismo de grande longevidade no mercado bancário da ilha açoriana que remonta ao ano de 1935 [*Relatório e Contas, 1971*; Valério (coord.), 2010: 191]. Os alvares da década de 70 trouxeram a introdução do primeiro cartão de crédito no mercado financeiro português, através do lançamento do Sottomayor Bankamericard, integrado na rede do Bank of America [*Relatório e Contas, 1970-1971*; Valério (coord.), 2010: 168], cujo alcance e nicho de mercado se demonstra nas palavras da própria instituição:

«Com efeito, não se trata de um cartão reservado às elites mas sim de um novo instrumento de crédito destinado a largas camadas da população que, por seu intermédio, poderá fazer compras de bens e pagar serviços, uns e outros da natureza mais diversa.» (*Relatório e Contas, 1969*.) O processo de nacionalização da banca, decretado em 14 de março de 1975, alterou por completo o *establishment* financeiro, condensando todos os organismos bancários na alçada e controle exclusivo do Estado, à exceção dos grupos estrangeiros à época presentes no País (Decreto-Lei n.º 132-A/75, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 62, de 14 de março de 1975). Com o estatuto adquirido de empresa pública (Decreto-Lei n.º 729-F/75, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 294, de 22 de dezembro de 1975), o BPSM foi envolvido, no ano de 1977, num processo de reestruturação dos organismos financeiros estatizados, através da incorporação, nas suas hostes, do Banco Internacional Português\*, uma instituição que, já em 1974, se encontrava com problemas de liquidez e de falência técnica [Câmara, 1989: 92; Valério (coord.), 2010: 250]. A mudança de paradigma político e financeiro do País trouxe, no período pós-nacionalizações, grandes volatilidades nos resultados anuais obtidos pela banca comercial, em geral, e pelo BPSM em particular (*Relatório e Contas, 1975-1980*). Ainda assim, na década de 80, a instituição procedeu a cinco momentos distintos de elevação do capital social, passando dos 4 000 000 000\$00, atingidos no ano de 1982, para os 20 000 000 000\$00 em 1989 (quadro). A aquisição de ações da Sociedade Financeira Portuguesa — Banco de Investimentos, S. A. \*, levou a um novo aumento do capital social, passando de 26 000 000 000\$00, celebrados

em 1990, para os 30 500 000 000\$00, através da entrada de 4 500 000 novas ações com o valor nominal de 1000\$00 cada uma (*Diário da República*, 3.ª série, n.º 84, de 9 de abril de 1992; quadro). Tal incorporação tornou-se possível através da mudança de estatuto do Banco, decretada em 12 de setembro de 1990, ao transformar-se em sociedade anónima e ganhando a possibilidade de «participar em agrupamentos complementares de empresas, e em agrupamentos europeus de interesse económico e, bem assim, adquirir, originária ou subsequentemente, acções ou quotas em sociedades de responsabilidade limitada» (artigo 3.º dos estatutos do BPSM, anexos ao Decreto-Lei n.º 280/90, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 211, de 12 de setembro de 1990). A expectativa criada quanto à progressiva liberalização da banca e, bem assim, quanto ao futuro da instituição encontra-se refletiva nos *Relatórios e Contas* dos inícios da década de 90, expressa, sobretudo, nas palavras do presidente do conselho de administração, Fernando Teixeira de Almeida, referindo-se à instituição como um «Banco Moderno, em pleno processo de crescimento e preparado, com entusiasmo, para a sua privatização» (*Relatório e Contas*, 1991). O culminar desse desejo adveio dois anos mais tarde, em 29 de julho de 1993, através de uma resolução do Conselho de Ministros que disciplinou o processo de reprivatização do Banco em duas fases distintas, com a primeira a envolver a alienação de 80% do capital social (Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 179, suplemento, de 2 de agosto de 1993). Após a rejeição de uma primeira proposta elaborada pelo Banco Comercial Português\* (Resolução do Conse-

lho de Ministros n.º 6/94, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 22, de 27 de janeiro de 1994), deu-se o lançamento de um novo concurso de reprivatização (Decreto-Lei n.º 203/94, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 171, de 26 de julho de 1994), no qual foram admitidos à fase de abertura de ofertas dois grupos distintos: a Companhia de Seguros Mundial Confiança, S. A., e um agrupamento heterogéneo que incluiu uma vertente financeira (Banco Finantia, Swiss Bank Corporation, Finantipar, SGPS, S. A.), industrial (RAR — Refinarias de Açúcar Reunidas, S. A.) e um elemento em nome individual — José Cândido Sotto Mayor Matoso (Resolução do Conselho de Ministros n.º 107-B/94, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 250, 2.º suplemento, de 28 de outubro de 1994). Coube à Companhia de Seguros Mundial Confiança, na posse do grupo Champalimaud, a aquisição de 80% do BPSM — respeitante à primeira fase de privatização —, com os restantes 20%, correspondentes a 6 100 000 ações, a serem alienados pelo Estado através de uma oferta pública de venda destinada a trabalhadores da instituição, pequenos subscritores e emigrantes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 14-A/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 43, suplemento, de 20 de fevereiro de 1995), atingindo um total global na ordem dos 44 milhões de contos [Valério (coord.), 2010: 311]. O regresso da instituição à esfera privada tornou o BPSM num dos organismos financeiros do grupo económico a que já tinha pertencido, juntamente com o Banco Totta & Açores\*, o Crédito Predial Português\* e o Chemical Bank (*idem*: 308; *Relatório e Contas* 1995-1996). Após a edificação de uma estrutura financeira de monta, em 1998 António Champalimaud pre-

## BANCO PINTO & SOTTO MAYOR (1925-2000)

tendeu negociar a aquisição da Companhia de Seguros Mundial Confiança pelo grupo espanhol Santander Central-Hispano, acarretando com isso a cedência total dos bancos inseridos no seu grupo. A oposição do Estado ao negócio fez com que a operação tomasse outros contornos, através venda, no ano 2000, do Banco Totta & Açores e do Crédito Predial Português ao grupo espanhol, cedendo à Caixa Geral de

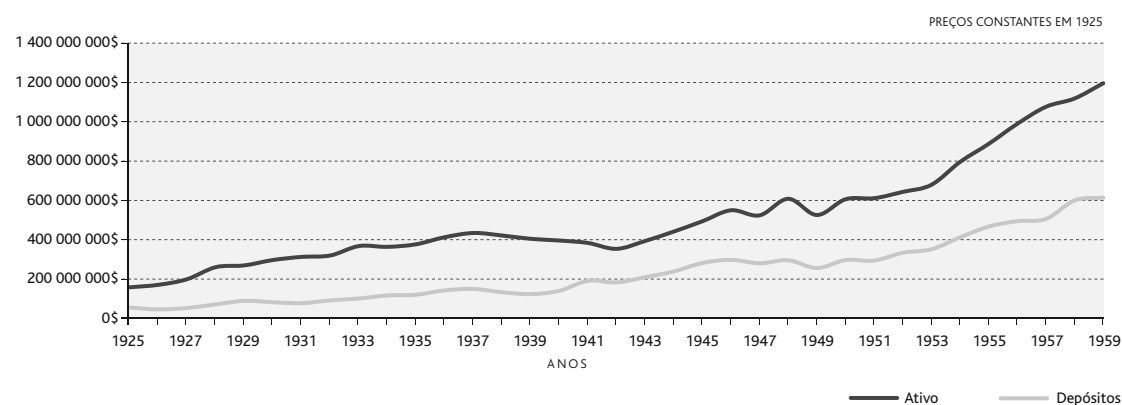
Depósitos o controle da Mundial Confiança e, por inerência, do Chemical Bank e do BPSM (Valério, coord., 2010: 326). No mesmo ano, o organismo bancário entrou em conversações no intuito de integrar o Banco Comercial Português, o que veio a acontecer no mês de dezembro, após veredicto favorável dado pelas respetivas assembleias gerais (<http://www.milenniumbcp.pt>).

### QUADRO — Banco Pinto & Sotto Mayor (1925-1994) (Capital social)

Anos	Capital social	Anos	Capital social
1914	30 000\$00	1972	1 200 000 000\$00
1919	1 000 000\$00	1982	4 000 000 000\$00
1921	9 000 000\$00	1983	5 500 000 000\$00
1925	30 000 000\$00	1985	8 000 000 000\$00
1952	45 000 000\$00	1987	11 500 000 000\$00
1961	90 000 000\$00	1989	20 000 000 000\$00
1964	200 000 000\$00	1990	26 000 000 000\$00
1965	250 000 000\$00	1991	30 500 000 000\$00
1966	500 000 000\$00	1995	103 000 000 000\$00

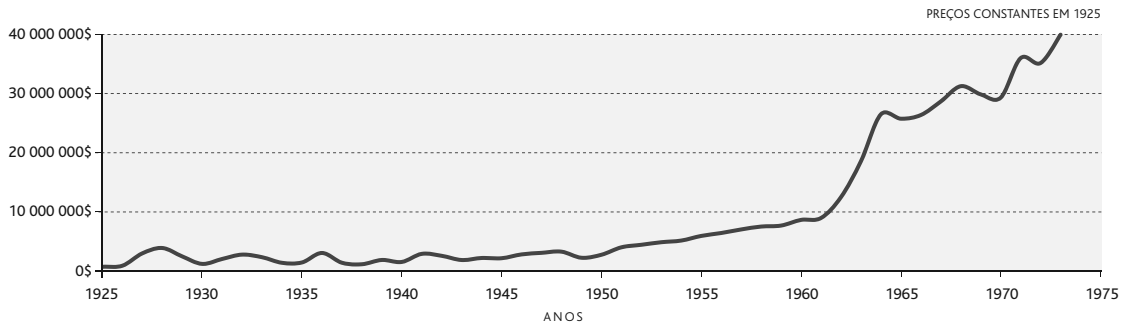
Fonte: Câmara, 1989: p. 21; *Relatório e Contas (1925-1973/1975-1993/1994)*.

### GRÁFICO 1 — Banco Pinto & Sotto Mayor (1925-1959) (Ativo e depósitos)



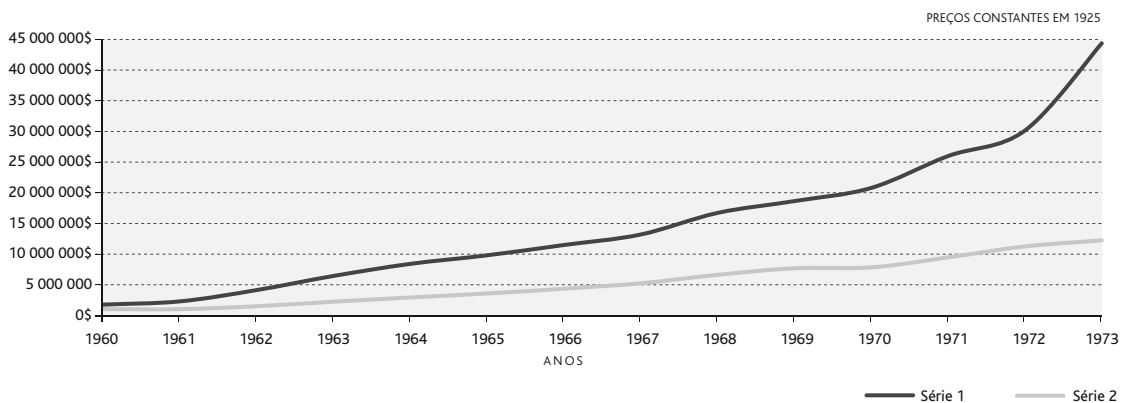
Fonte: *Relatório e Contas (1925-1959)*.

GRÁFICO 2 — Banco Pinto & Sotto Mayor (1925-1973)  
(Conta ganhos e perdas)



Fonte: Relatório e Contas (1925-1973).

GRÁFICO 3 — Banco Pinto & Sotto Mayor (1960-1973)  
(Ativo e depósitos)



Fonte: Relatório e Contas (1960-1973).

#### FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Histórico do Banco de Portugal, «Processo Banco Pinto & Sotto Mayor»; *Anuário Estatístico de Portugal (1925-1956)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926-1957; *Banco Pinto & Sotto Mayor. Relatório e Contas do Conselho d'Administração e Parecer do Conselho Fiscal (1925-1973/1975-1993/1995-1996/1998)*; «Banco Comercial Português/Banco Pinto & Sotto Mayor, comunicado de imprensa, processo de fusão e aumento de capital de 5 de dezembro de 2000», in <http://www.millenniumbcp.pt>, endereço electrónico acedido em 19 de junho de 2011; CÂMARA, João, *História do Banco Pinto & Sotto*

*Mayor 1914-1989*, Lisboa, 1989; VALÉRIO, Nuno (coord.), *História do Sistema Bancário Português*, vol. II, Lisboa, Banco de Portugal/Eurosistema, 2010. Legislação: *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 78, de 4 de abril de 1925; 3.ª série, n.º 81, de 4 de abril de 1952; 3.ª série, n.º 220, de 19 de setembro de 1961; 2.ª série, n.º 290, de 16 de dezembro de 1970; 2.ª série, n.º 62, de 14 de março de 1975; 2.ª série, n.º 294, de 22 de dezembro de 1975; *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 9 de julho de 1980; 2.ª série, n.º 196, de 25 de agosto de 1982; 2.ª série, n.º 266, de 17 de novembro de 1982; 2.ª série, n.º 187, de

#### BANCO PINTO DA FONSECA & IRMÃO (1914-1926)

16 de agosto de 1983; 1.ª série, n.º 267, de 19 de novembro de 1983; 2.ª série, n.º 123, de 29 de maio de 1985; 2.ª série, n.º 129, de 5 de junho de 1985; 2.ª série, n.º 136, suplemento, de 17 de junho de 1985; 2.ª série, n.º 219, suplemento, de 23 de setembro de 1985; 2.ª série, n.º 227, de 2 de outubro de 1985; 2.ª série, n.º 132, de 11 de junho de 1986; 2.ª série, n.º 93, de 22 de abril de 1987; 2.ª série, n.º 195, de 26 de agosto de 1987; 2.ª série, n.º 210, de 12 de setembro de 1987; 2.ª série, n.º 218, suplemento, de 22 de setembro de 1987; 2.ª série, n.º 61, de 14 de março de 1988; 2.ª série, n.º 178, de 3 de agosto de 1988; 2.ª série, n.º 300, de 29 de dezembro de 1988; 2.ª série, n.º 9, de 11 de janeiro de 1989; 2.ª série, n.º 189, de 18 de agosto de 1989; 2.ª série, n.º 279, de 5 de dezembro de 1989; 2.ª série, n.º 117, de 22 de maio de 1990; 2.ª série, n.º 211, de 12 de setembro de 1990; 2.ª série, n.º 228, de 2 de outubro de 1990; 2.ª série, n.º 82, suplemento, de 9 de abril de 1991; 2.ª série, n.º 246, de 25 de outubro de 1991; 3.ª série, n.º 84, de 9 de abril de 1992; 3.ª série,

n.º 149, 2.º suplemento, de 1 de julho de 1992; 3.ª série, n.º 11, de 14 de janeiro de 1993; 2.ª série, n.º 179, suplemento, de 2 de agosto de 1993; 2.ª série, n.º 22, de 27 de janeiro de 1994; 2.ª série, n.º 171, de 26 de julho de 1994; 2.ª série, n.º 174, 2.º suplemento, de 29 de julho de 1994; 2.ª série, n.º 250, 2.º suplemento, de 28 de outubro de 1994; 2.ª série, n.º 43, suplemento, de 20 de fevereiro de 1995; 3.ª série, n.º 166, de 20 de julho de 1995; 2.ª série, n.º 241, de 18 de outubro de 1995; 2.ª série, n.º 4, de 5 de janeiro de 1996; 3.ª série, n.º 263, suplemento, de 13 de novembro de 1997; 2.ª série, n.º 128, de 3 de julho de 1998; 2.ª série, n.º 159, de 13 de julho de 1998; 2.ª série, n.º 237, de 14 de outubro de 1998; 2.ª série, n.º 268, de 19 de novembro de 1998; 3.ª série, n.º 211, 2.º suplemento, de 12 de setembro de 2000; 3.ª série, n.º 225, suplemento, de 28 de setembro de 2000; 3.ª série, n.º 247, de 25 de outubro de 2000.

DMF

#### BANCO PINTO DA FONSECA & IRMÃO (1914-1926)

O Banco Pinto da Fonseca & Irmão, sociedade comercial em nome coletivo, foi fundado em 1914, a partir da Casa Bancária Pinto da Fonseca & Irmão. Tinha a sua sede na Praça da Liberdade, 34-37, no Porto, e o capital realizado de 200 contos, não dispondo de filiais, agências ou correspondentes. Foram seus fundadores Joaquim Pinto da Fonseca e Manuel Pinto da Fonseca, sendo seus diretores em 1926, quando se viu obrigado a suspender os pagamentos, os sócios Joaquim Pinto da Fonseca Júnior e Carlos Pinto da Fonseca. Para tentar resolver a difícil situação do Banco, e tentar a sua reconstituição em bases que lhe permitissem enfrentar as dificuldades em que se encontrava, Joaquim Pinto da Fonseca Júnior iniciou então uma série de contactos com representantes de várias entidades financeiras estrangeiras. No entanto, como todos mostrassem relutân-

cia em negociar com uma entidade com um passivo distribuído por cerca de 500 credores, a família Pinto da Fonseca resolveu contrair um empréstimo hipotecário, no montante de 5 000 000\$00, a fim de efetuar numa operação de concentração de créditos, considerada absolutamente indispensável para viabilizar o projecto de reconstituição. Esta operação possibilitou a reunião nas mãos da família Pinto da Fonseca dos créditos que se encontravam dispersos. No prosseguimento da política de concentração dos créditos, a família Pinto da Fonseca conseguiu ainda que os sócios da firma de Salomon Seruya e esposa lhe concedessem, em 11 de abril de 1929, um empréstimo de £ 23 000, do qual estes esperavam tirar um benefício de 50% se, de facto, a reconstituição se efetuasse, como supunham. Entre as entidades estrangeiras que tinham sido contactadas